



# CAU/GO

Conselho de Arquitetura  
e Urbanismo de Goiás

Processo:	1000065961
Interessado:	CONSTRUTORA ÓPERA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DELIBERAÇÃO N.º 44/2018-CEEFP/GO	

A COMISSÃO DE ENSINO, EXERCÍCIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - CEEFP-CAU/GO, reunida ordinariamente em Goiânia/GO, na sede do CAU/GO, no uso das competências que lhe conferem os artigos 49 e 50 do Regimento Interno do CAU/GO, analisou o processo n. 1000065961/2018 instaurado em desfavor de Ópera Construtora por infração ao artigo 7º da Lei 12378/2010 e artigo 35, incisos XI e XII da Resolução n. 22 do CAU/BR. Consta que a pessoa jurídica possui registro ativo no CAU/GO, mas sem responsável técnico. A fiscalização teve início aos 16 de abril de 2018. Consta RRT de cargo ou função em fls. 02 com previsão de término marcado para 25 de abril de 2015. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral em fls. 03. A notificação preventiva de fls. 04 foi lavrada aos 16 de abril de 2018. A parte teve ciência aos 02 de maio de 2018. O auto de infração de fls. 06 foi lavrado aos 18 de maio de 2018. A ciência do auto ocorreu aos 30 de maio de 2018. Despacho do analista fiscal encaminhando o processo para análise da CEEFP.

O auto lavrado contém uma infração administrativa corretamente capitulada, com indicação precisa da penalidade, obediente aos requisitos formais e materiais de validade, notadamente aqueles constantes no artigo 16 da Resolução n. 22 do CAU/BR.

O processo seguiu seu curso regular, atendendo aos princípios processuais constitucionais do contraditório e da ampla defesa, não havendo causa capaz de lhe atrair nulidade.

A pessoa jurídica em questão possui registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, mas sem indicação de responsável tecnicamente habilitado.

A falta de responsável técnico, indica que a pessoa jurídica tem exercido atividades compartilhadas ou privativas de arquiteto e urbanista sem a supervisão de profissional responsável, o que, nos termos do artigo 7º da Lei 12378/2010, configura ilícito administrativo materializado na forma de exercício ilegal por pessoa jurídica.

A conduta, como narrado no relatório, é penalizada na forma do artigo 35, inciso XII da Resolução n. 22 do CAU/BR, que preceitua nos termos seguintes:

Art. 35. As infrações ao exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo nos termos definidos nesta Resolução serão punidas com multas, respeitados os seguintes limites:

XII - Pessoa jurídica registrada no CAU, mas sem responsável técnico, exercendo atividade fiscalizada por este conselho;  
Infrator: pessoa jurídica; Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e máximo de 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade

Assim, nota-se que a pessoa jurídica em questão, efetivamente, realizou a conduta ilícita descrita nos dispositivos mencionados acima, merecendo, logo, as sanções que lhe são típicas.

## DELIBEROU:

1 – Por UNANIMIDADE pela MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO em seus



# CAU/GO

Conselho de Arquitetura  
e Urbanismo de Goiás

integrais termos e valores, nos moldes do artigo 19 da Resolução n. 22 do CAU/BR.

2 - Atento aos vetores de orientação para fixação da multa previstos na Resolução n. 22 do CAU/BR, nota-se que: a pessoa jurídica não possui antecedentes; a situação econômica da empresa é ignorada; a gravidade da infração e suas consequências são ordinárias; houve regularização, FIXO a multa no mínimo, ou seja, 5 (cinco) vezes o valor vigente da anuidade.

3 - Fica a parte intimada para que pague a multa fixada nesta deliberação, ou para que, querendo, interponha recurso ao Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, no prazo improrrogável de 30 dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da notificação.

4 - Findo o prazo sem apresentação de recurso ou sem pagamento, certifique-se o trânsito em julgado e encaminhe-se o processo para a Assessoria Jurídica.

Goiânia, 14 de junho de 2018.

PAULO RENATO DE MORAES ALVES

Coordenador da Comissão de Exercício, Ensino e Formação Profissional

LEONARDO J. ROMANO DE SOUZA

Membro Suplente

LUCIANO MENDES CAIXETA

Coordenador Adjunto

MANOEL ALVES CARRIJO FILHO

Membro Suplente

FREDERICO ANDRÉ RABELO

Membro Titular

ANA CAROLINA DE FARIAS

Membro Suplente

MARIA ESTER DE SOUZA

Membro titular

ADRIANA MIKUALESCHKE

Membro suplente



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil**  
INFORMAÇÕES DA EMPRESA

**Registro Nacional**  
**0000261203**

**Detalhes Empresa**

Razão Social:	
ÓPERA	
Nome Fantasia:	
ÓPERA CONSTRUTORA LTDA-ME	
Registro Nacional:	CNPJ (Pessoa Jurídica):
0000261203	05.565.123/0001-93
Tipo Empresa:	Categoria Empresa:
PRIVADA	MATRIZ

**Detalhes Registro (1)**

Protocolo Número / Ano:	Data Início:	Data Fim:	Situação:
135814 / 2014	06/05/2014	14/06/2018	ATIVO
Registro Regional:	UF Registro Regional:		
000000261203GO	GO		
Capital desde:	Valor Capital:	Unidade Capital:	
		R\$	
Tipo:			
DEFINITIVO ( EMPRESA )			
Observações:			

**Detalhes Registro (2)**

Protocolo Número / Ano:	Data Início:	Data Fim:	Situação:
712371 / 2018	15/06/2018		BAIXA DO REGISTRO DA PESSOA JURÍDICA
Registro Regional:	UF Registro Regional:		
000000261203GO	GO		
Capital desde:	Valor Capital:	Unidade Capital:	
		R\$	
Tipo:			
DEFINITIVO ( EMPRESA )			
Observações:			

**Endereços (1)**

Endereço:			
RUA C-2, , QD. 46, LOTE 20, SALA 03			
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
ESTÂNCIA ITANHANGA 1	Caldas Novas	GO	75690-000
Telefone Residencial:	Endereço de correspondência:		
	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não		